

## O papel da História Oral na reconstituição da trajetória de Renato Soeiro no IPHAN

**Carolina Martins Saporetti**

Doutoranda em História – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF),  
Juiz de Fora, Minas Gerais

 <https://orcid.org/0000-0003-4246-8034>  
E-mail: [carolinamartinssaporetti@gmail.com](mailto:carolinamartinssaporetti@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo procura difundir a importância da metodologia da História Oral para a pesquisa acadêmica, demonstrando como os depoimentos orais foram fundamentais na constituição de alguns fatos no trabalho desenvolvido sobre o ex-diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro, personagem fundamental para o desenvolvimento das políticas e ações de preservação do patrimônio cultural e que foi silenciado pela historiografia da instituição. Foram entrevistadas três pessoas que conviveram com Renato Soeiro, seja no âmbito profissional e/ou na vida pessoal: Vera Soeiro (filha e ex-funcionária do IPHAN), Felipe Soeiro Chaimovich (neto, crítico de arte e professor) e Paulo Ormino de Azevedo (professor aposentado e pesquisador). Para tais entrevistas foram elaborados diferentes roteiros de acordo com a especificidade de cada entrevistado, mas com algumas questões-chaves em comum, buscando entender principalmente a relação de Soeiro com o regime militar e a causa do possível apagamento dele da história do IPHAN.

**Palavras-chave:** História Oral; Renato Soeiro; IPHAN.

### The role of Oral History in reconstituting Renato Soeiro's trajectory at IPHAN

**Abstract:** This article seeks the importance of the Oral History methodology for academic research, demonstrating how oral testimonies were fundamental in the constitution of some facts in the work developed by the former director of the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN), the architect Renato de Azevedo Duarte Soeiro, a fundamental character for the development of policies and actions to preserve cultural heritage and who was silenced by the institution's historiography. Three people who lived with Renato Soeiro, whether professionally and/or in their personal life, were interviewed: Vera Soeiro (daughter and former IPHAN employee), Felipe Soeiro Chaimovich (grandson, art critic and professor) and Paulo Ormino de Azevedo (retired professor and researcher). For such interviews, different scripts were modified according to the specificity of each interviewee, but with some key questions in common, seeking to understand mainly Soeiro's relationship with the military regime and the cause of his possible erasure from IPHAN's history.

**Keywords:** Oral History; Renato Soeiro; IPHAN.

**Texto recebido em: 30/09/2023**

**Texto aprovado em: 04/12/2023**

## Introdução

Durante o século XIX houve a predominância da história “positivista” e a valorização do documento escrito. O depoimento era considerado sem valor de prova, já que era imbuído de subjetividade, de uma visão parcial sobre o passado e estava sujeito a falhas de memória. A partir do século XX, com a Escola dos Annales inicia-se um movimento propondo uma aliança da História com outras ciências, como a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia e a Psicologia. Passaram a defender a utilização de novas fontes, como a tradição oral e vestígios arqueológicos. Assim, a História Oral começou a conquistar espaço dentro da academia.

Segundo Alberti, a História Oral é um método de pesquisa multidisciplinar que prioriza a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam, acontecimentos, como meio de se aproximar do objeto de estudo. Este método produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser agrupadas e organizadas em um acervo. Dessa forma, é possível estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, personalidades, através de depoimentos de pessoas (Alberti, 2013, p. 23).

Após a Segunda Guerra Mundial, houve um crescimento na prática de História Oral na América do Norte, com a realização de estudos que utilizaram como ferramentas a entrevista direta, a observação participante, a pesquisa documental, além da relevância da história de vida e de pesquisas sobre os problemas sociais urbanos (Thompson, 1988). Em 1948 houve a criação da *Oral History Association*, nos Estados Unidos com o intuito de preservar às memórias de personalidades relevantes para a história norte-americana.

A partir da segunda metade do século XX ocorreram importantes mudanças em diferentes meios da pesquisa histórica. A análise qualitativa conquistou espaço novamente juntamente com as análises de experiências individuais, ou seja, resgatou-se o interesse por estudos das redes, das situações vividas, das situações singulares. A História Cultural conquistou espaço e ocorreu um renascimento do estudo do tempo presente (Ferreira, 2002, p. 319).

Na década de 1970 ocorreu uma difusão da História Oral, havendo a implantação de programas que utilizavam essa metodologia para a realização de

pesquisas e para a construção de acervos. Dessa forma, houve um crescimento no número de pesquisas que passaram a se valer dela como método de investigação, inclusive com viés em outras histórias, como a dos índios, dos negros e das mulheres.

Freitas (2002, p. 5) divide a História Oral em três gêneros: tradição oral, história de vida e história temática. Para explicar o conceito de tradição oral, Freitas utiliza o historiador e antropólogo belga, especialista tradição oral africana, Jan Vansina, que diz:

uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas, também, como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chaves, isto é, a *tradição oral*. A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra (Vansina. *Apud*. Freitas, 2002, p. 7).

Na história de vida é realizada a reconstituição do passado, vivido pelo próprio indivíduo. Este gênero tem como principal interesse o próprio indivíduo na história, abarcando sua trajetória desde a infância até o momento da entrevista. Este modelo é composto por diversas entrevistas temáticas, visto que, no decorrer desta se perpassa temas importantes para o estudo. Com a história temática, a entrevista ocorre com uma pessoa ou um grupo, para dialogar sobre um assunto específico. Assim, não é necessário abordar sobre toda a existência do informante (Freitas, 2002, p. 7).

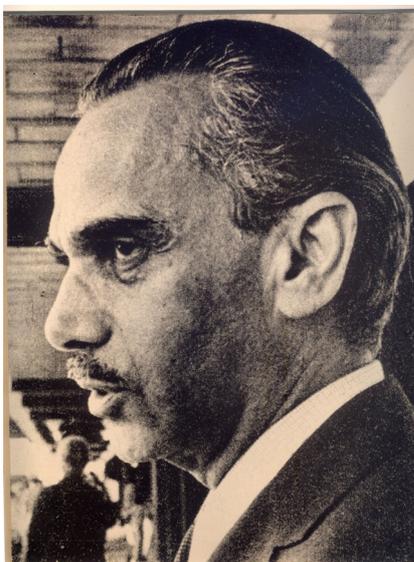
Nos últimos anos, historiadores orais em diversos países têm desenvolvido métodos de entrevista e métodos analíticos que se envolvem com entendimentos mais amplos de memória e identidade e propõem novas formas de fazer uso pleno da memória para avançar a investigação histórica e cultural. Procura-se explorar a relação entre recordação pessoal e memória coletiva, entre memória e identidade, e entre o entrevistador e o entrevistado. Na verdade, estar-se interessado na natureza e nos processos pelos quais as memórias emergem, tal como o conteúdo das recordações se torna crucial quando se analisa e utiliza o testemunho oral (Thompson, 1988).

A história visa produzir conhecimento racional, análise crítica através da elaboração lógica de acontecimentos e vidas passadas. A memória também é uma construção do passado, baseada na emoção e na experiência; é flexível e pode lembrar eventos de acordo com vivências subsequentes e necessidades atuais. Esta

perspectiva que explora a relação entre memória e história oferece uma oportunidade para aceitar o valor do testemunho direto, neutralizando as críticas tradicionais e reconhecendo que a subjetividade, as distorções dos testemunhos e a falta de autenticidade que lhes é atribuída podem ser usadas de novas maneiras, não como um desqualificador, mas como uma fonte adicional de pesquisa (Ferreira, 2002, p. 321).

### **História Oral como estratégia determinante na pesquisa sobre Renato Soeiro**

Renato de Azevedo Duarte Soeiro (figura 1) nasceu no dia 23 de dezembro de 1911, em Belém- Pará, filho de Benedito Duarte Soeiro e Angélica de Azevedo Soeiro. Matriculou-se no curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, em 15 de março de 1932. Soeiro se formou em 1937. No ano seguinte começou a trabalhar no SPHAN como assistente técnico de 3ª classe (Saporetta, 2017, p. 21).



Fonte: Arquivo Central Iphan/seção Rio de Janeiro - Personalidades - caixa 129 - pasta 0417.

**FIGURA 1**  
**Renato Soeiro**

Em 1946, ele assumiu a diretoria da Divisão de Conservação e Restauração, cargo em que permaneceu até 1967 quando assumiu a diretoria geral da então

DPHAN.<sup>1</sup> Soeiro foi diretor do instituto por 12 anos, se aposentando em 1979. Sendo que desde a década de 1950, Soeiro também atuou como diretor substituto na ausência de Rodrigo Melo Franco de Andrade e como principal representante internacional do setor. Sendo o “braço direito” de Rodrigo M. F. de Andrade durante a “fase heroica”<sup>2</sup> do IPHAN. Foram 41 anos de serviços prestados ao órgão público nacional de preservação do patrimônio cultural. Renato Soeiro dedicou uma vida ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Apesar da importância de Renato Soeiro no IPHAN, alguns autores desqualificam sua atuação, dissertando apenas sobre os diretores Rodrigo M. F. De Andrade (primeiro diretor (1937-1967)) e de Aloísio Magalhães (sucessor de Soeiro (1979-1982)). Apesar das críticas, não foi realizada uma análise minuciosa sobre o trabalho do Soeiro no IPHAN nas obras citadas. Neste texto destaco dois autores, que dissertaram sobre o IPHAN e inferiorizaram a atuação de Soeiro, José Gonçalves e Maria Cecília Londres Fonseca. Gonçalves em sua obra “A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil” concorda que houve um segundo período na história do IPHAN, administrado por Renato Soeiro, porém relata que esta fase “não foi marcada por quaisquer mudanças significativas em termos da política oficial de patrimônio” (1996, p. 51). Fonseca se refere a direção de Renato Soeiro atribuída a “fase heroica”. Segundo a autora, independente de ter sido o legítimo sucessor de Rodrigo M. F. de Andrade, “não gozou, como ele, do mesmo prestígio, não teve o mesmo trânsito junto a autoridades e personalidades nem foi ungido com a mesma aura”. Para Fonseca, quando o “herói” do patrimônio se aposentou, o caráter fraco da autonomia da instituição foi revelado, “na medida em que dependia de líderes para conduzi-lo e torná-lo visível, tanto no interior da burocracia quanto junto à sociedade”. De acordo com a autora, no final dos anos 70 o patrimônio volta a ter prestígio no cenário político devido a relação com outra figura carismática, o designer Aloísio Magalhães (2005, p. 141).

Com suporte da pesquisa da dissertação “A gestão de Renato Soeiro na direção da DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (1967-1979)” (2017)<sup>3</sup>, pode-se entender mais detalhadamente sobre a trajetória do Renato Soeiro no IPHAN, constatando a importância deste para o desenvolvimento da política de preservação do patrimônio no Brasil, principalmente nas décadas de 1960 e 1970. Dentre as ações realizadas por Soeiro enquanto diretor, se destacam: maior investimento no âmbito do turismo nas cidades históricas; intensificação da

preocupação com a conservação do entorno dos monumentos e dos centros urbanos; concedeu recursos para a educação patrimonial, desde o ensino fundamental até pós graduação, e criação de cursos de especialização; descentralização das ações de preservação do patrimônio, dividindo a responsabilidade com os estados e municípios para que as ações fossem mais pontuadas de acordo com necessidades específicas de cada um, houve uma aproximação com importantes órgãos internacionais, como a UNESCO. Apesar disso, Soeiro teve sua imagem apagada da história do IPHAN. Dessa forma, se faz necessário refletir sobre algumas questões: Por que Soeiro foi considerado mero sucessor de Rodrigo M. F. De Andrade? Por que sua gestão foi vista como sem mudanças significativas na política oficial do patrimônio? Por que Aloísio Magalhães tem mais prestígio que Soeiro, sendo que governou somente por três anos o IPHAN?

Segundo Orlandi (2007, p. 73), a política do silêncio ou o silenciamento, se explica pelo feito de que ao proferir algo se apaga necessariamente outros significados possíveis, porém indesejáveis, em uma determinada conjuntura discursiva. Desta forma, é feito uma delimitação entre o que se diz e o que não se diz. Desta forma, o silenciamento é visto como consequência de um discurso que introduz o implícito. “Se diz ‘x’ para não dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito”. O não dito é inevitavelmente excluído. Assim, são apagados os sentidos que se quer se distanciar, que poderiam implantar o significado de uma “outra” forma discursiva, abrangendo outros sentidos. O silêncio contribui com os limites das construções discursivas, demarcando os limites do dizer (Orlandi, 2007, p. 73-74).

De acordo com Orlandi, o silêncio é o que foi apagado, excluído. A reprodução de um discurso, que escreve uma negação da conexão histórica, particulariza a memória e perde a aptidão de, ao retomar, deslocar. Portanto, a repetição não possibilita entender o dizer do outro, não o situa, deixando a oportunidade de trabalhar o seu próprio gesto de interpretação, o que ocasionaria ir mais longe e o faria exprimir de outra maneira, diferenciando-se realmente da sua formulação. Deste modo, o que seria uma nova contribuição fica comprometido por esse modo de dizer, uma vez que, a repetição é um comentário que se nega como tal (2007, p. 144). Assim, o silenciamento pode ocasionar o esquecimento. Nesses casos, está relacionado aos silêncios que dispõem seus sentidos carregados de ideologia e historicidade. Já o esquecimento possui estratégias que se inserem

diretamente na discussão proposta por este trabalho: pode-se narrar de outra maneira, suprimindo, desviando as ênfases, reconfigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como as imediações desta (Ricoeur, 2007, p. 455).

A narrativa possui uma natureza seletiva que faz com que memórias sejam criadas, gradualmente, com base em combinações entre o lembrar e o esquecer, que recordam e expõem alguns acontecimentos e contextos em função de muitos outros que serão silenciados e esquecidos. Assim, as camadas de configuração e refiguração da narrativa desde a construção da memória individual e/ou coletiva que estruturam os elos de pertencimento, e no final do percurso, um perigo maior, está no manuseio da história autorizada, celebrada, vista como a história oficial. A adversidade da história oficial é a sua credibilidade, sua aceitação e sua organização. Para que os discursos políticos se elevem a um fundo comum de referências e que consigam estabelecer uma história nacional, um grande trabalho de organização é imprescindível para superar a construção ideológica, “precária e frágil” (Pollack, 1989, p. 10). Por consequência, o esquecimento fruto da política do silêncio, pode se dar a partir do conjunto de disputas discursivas que, em marcado tempo histórico, silencia certos elementos em razão de outros, que doutrinam esse silêncio a partir daquilo que é narrado. Isto posto, pode-se dizer que o esquecimento que se consolida a partir do não-dito. Em qualquer narrativa o silêncio não deve ser considerado um complemento da linguagem, ou algo que está implícito, nem sequer um nada ou um vazio. O silêncio é um “elemento fundante”, logo este já existe quando se forma narrativa. Nessa concepção, proveniente dos princípios para análise de discurso, a linguagem teria sido criada para reter e disciplinar o silêncio, por si só composto de sentidos, já que está inserido em um contexto sócio-histórico. O silêncio está sempre a irromper os limites do dizer de modo a fazer com que o não-dito signifique. O dizer e o silenciamento são, portanto, inseparáveis (Orlandi, 2007, p. 29).

Trabalhar com o silêncio pode ser considerado “histórico”, no sentido de discursivo, pois é possibilita investigar a interdiscursividade e observar os efeitos de sentido, as direções da construção dos sentidos. Segundo a autora, se os jogos da memória entre o lembrar e o esquecer, tanto no contexto individual quanto no coletivo, podem ser questionados quando analisados com base nos silêncios, abarcando-se aqueles que integram as narrativas históricas, pode-se reiterar que alguns modos específicos de silêncio estariam mais aproximados da formação de

esquecimento (Orlandi, 2007, p. 29). Logo, a ligação entre silêncio e memória propicia compreender, que a memória é feita de esquecimentos e silenciamentos. Observa-se que as memórias coletivas determinadas e amparadas por um trabalho especializado de delimitação, sem serem o único fator de junção, são certamente um componente importante para a durabilidade do tecido social e das organizações institucionais de uma sociedade (Pollack, 1989, p. 7).

Não é possível ter afirmativa conclusiva sobre o silenciamento de Renato Soeiro, porém serão analisadas algumas hipóteses. Para que estas fossem possíveis, foi necessário a utilização da metodologia de História Oral. Assim, se optou pela entrevista baseada na história temática e a realização de três entrevistas: com a senhora Vera Soeiro e o senhor Felipe Chaimovich Soeiro (filha e neto respectivamente do Renato Soeiro) e como senhor Paulo Ormino de Azevedo (professor aposentado da Universidade Federal da Bahia, pioneiro nos estudos sobre Renato Soeiro). A primeira suposição, seria devido a ligação de Aloísio Magalhães ao governo do regime militar e o seu destaque como designer no período. Segundo Laís Villela Lavinias, as mudanças ocorridas na política cultural nacional no contexto de abertura política do regime militar foram relacionadas a atuação de Aloísio Magalhães “como político, administrador público e, a sua capacidade de ação/persuasão”. Para a autora, A preeminência de Magalhães nas memórias das políticas culturais, principalmente patrimoniais, entre a década de 1970 e início dos anos 1980 colaborou com o apagamento de memórias referentes as ações de outras pessoas, como no caso de Renato Soeiro (Lavinias, 2014, p. 23).

Aloísio Magalhães desenvolveu projetos de identidade visual para programas governamentais vinculados ao desenvolvimento industrial brasileiro, em que as propostas apresentam uma ideia de brasilidade que está relacionada aos discursos nacionalistas enunciados por governantes do regime militar. Um destes trabalhos realizados por Magalhães foi logomarca da Light, companhia elétrica do estado do Rio de Janeiro, no ano de 1966 (figura 2). O símbolo desenvolvido ainda é utilizado pela empresa e reconhecido pelos moradores dos municípios em que a Light atua (Lavinias, 2014, p. 41). No mesmo ano, ele venceu outro concurso público, mas este em nível nacional, feito pelo governo federal, sendo este para a seleção do novo modelo de papel-moeda brasileiro, o Cruzeiro Novo (figura 3). Este projeto é considerado um dos maiores feitos de Magalhães no âmbito artístico e cultural, em que ele procurou reproduzir a cultura brasileira no dinheiro que circularia por todo

o país. Aloísio Magalhães foi responsável por todo o desenvolvimento do projeto desde a elaboração das ideias que foram aprovadas no concurso público até a instalação de um parque gráfico para a produção do papel-moeda em escala nacional. A partir disso, o Brasil passou a emitir o seu próprio dinheiro (Lavinias, 2014, p. 43).



Fonte: LAVINAS, Lais Villela. *Um animal político na cultura brasileira: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (anos 1966-1982)*. Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, p. 42.

**FIGURA 2**  
**Símbolo da Light**



Fonte: CATÁLOGO Vieira nº 169.

**FIGURA 3**  
**Cédula de 5000 Cruzeiros Novos (imagem de ex-presidente Castello Branco)**

Outro projeto desenvolvido por Aloísio Magalhães, foi a logomarca da Petrobras Distribuidora (figura 4), em 1970. Com intuito de expressar a brasilidade na imagem, Aloísio Magalhães e sua equipe alteraram completamente o símbolo da logomarca da Petrobras Distribuidora, e desenvolveram uma identidade visual para toda a rede de trabalho desta divisão estatal (postos de abastecimento, caminhões tanques, uniformes dos frentistas, ferramentas utilizadas nos postos e vários papéis timbrados (Lavinias, 2014, p. 51).



Fonte: Espaço Aloísio Magalhães.

**FIGURA 4**  
**Símbolo, Logotipo e Sistema Gráfico de Identificação da Petrobras feitos por Aloísio Magalhães**

No decorrer dos anos 1970 ele produziu diversos trabalhos para empresas estatais, como: “a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia União dos Refinadores, Embratur, Metrô São Paulo, Metrô Rio, Itaipu e Furnas”, sendo alguns solicitados a ele e outros através de concursos (Lavinias, 2014, p. 53). Desta forma, observa-se que o favoritismo de Magalhães nos concursos das estatais brasileiras é um indício da boa relação entre ele e os militares e do crescimento da supremacia territorial de Aloísio Magalhães nos setores do âmbito público brasileiro.

A segunda hipótese levantada é questão do crescimento da especulação imobiliária, principalmente na década de 1970. Entre as décadas de 1950 e 1960, conforme Wilson Cano (1990) houve uma urbanização “dita suportável”. Porém, na década de 1970 o processo de urbanização passou a ser caótico, afetando de forma

negativa a qualidade de vida. O que resultou no crescimento anárquico dos municípios nos quais o modelo prevalecente é a especulação imobiliária com a resultante periferação dos assentamentos humanos. Com a urbanização caótica a especulação imobiliária intensifica a sua atuação. “O capital mercantil imobiliário capturou o Estado e passou a comandar o processo de ocupação do solo de acordo com seus interesses” (Cano, 1990).

Soeiro lutava contra a especulação imobiliária em prol da preservação do patrimônio cultural nacional. Dessa forma, ele dificultava o trabalho das imobiliárias e empreiteiras, impossibilitando a implantação de vários projetos. Segundo relato de Vera Soeiro e de Felipe Soeiro Chaimovich<sup>4</sup>, Renato Soeiro, recebia em sua casa, diversos presentes dos sujeitos interessados em suborná-lo. Porém, ele sempre recusava e os devolvia. Assim, Renato Soeiro não era bem-visto por pessoas influentes do ramo da construção civil, que não estavam interessadas na preservação do patrimônio cultural e queriam construir seus imóveis e realizar obras a qualquer custo.

Nesse momento o que eu vejo é que tudo aquilo pelo qual essa geração do meu avô lutou, que foi resistir à especulação imobiliária como primeiro desafio da preservação do patrimônio material edificado é exatamente (edificado e arqueológico, né, aquilo que é, que pode ser destruído pela especulação imobiliária) (...) Chegava lá em casa caixa de vinho francês, nos anos 70 quando a importação de vinho era proibida no Brasil, caixa de vinho dos donos das imobiliárias pro meu avô liberar a construção de edifício. E o meu avô devolvia as caixas fechadas (Chaimovich, 2022).

A terceira possibilidade levantada está relacionada ao fato de Renato Soeiro ter sido diretor do IPHAN durante 12 anos no período da ditadura civil-militar (1967-1979), em um contexto muito violento, de perseguições, torturas, controle estatal e censura. Muitos podem avaliar que ele era favorável a estas ações autoritárias dos governantes militares. A quarta teoria seria da repetição de um discurso visto como oficial, sem um estudo detalhado sobre as ações de Renato Soeiro. Até o professor aposentado Paulo Ormino de Azevedo fazer este feito e destacar a importância da gestão de Soeiro no IPHAN, alarmando a todos do esquecimento de Soeiro na história da instituição. Como foi dissertado, quando se analisa os trabalhos da autora Maria Cecília Londres Fonseca e do autor José Reginaldo Santos Gonçalves, dentre outros pesquisadores, observa-se a ausência de uma justificativa para mencionar Renato Soeiro apenas como um mero sucessor de

Rodrigo M. F. de Andrade, não sendo apontados os projetos e programas desenvolvidos na gestão deste como diretor do IPHAN.

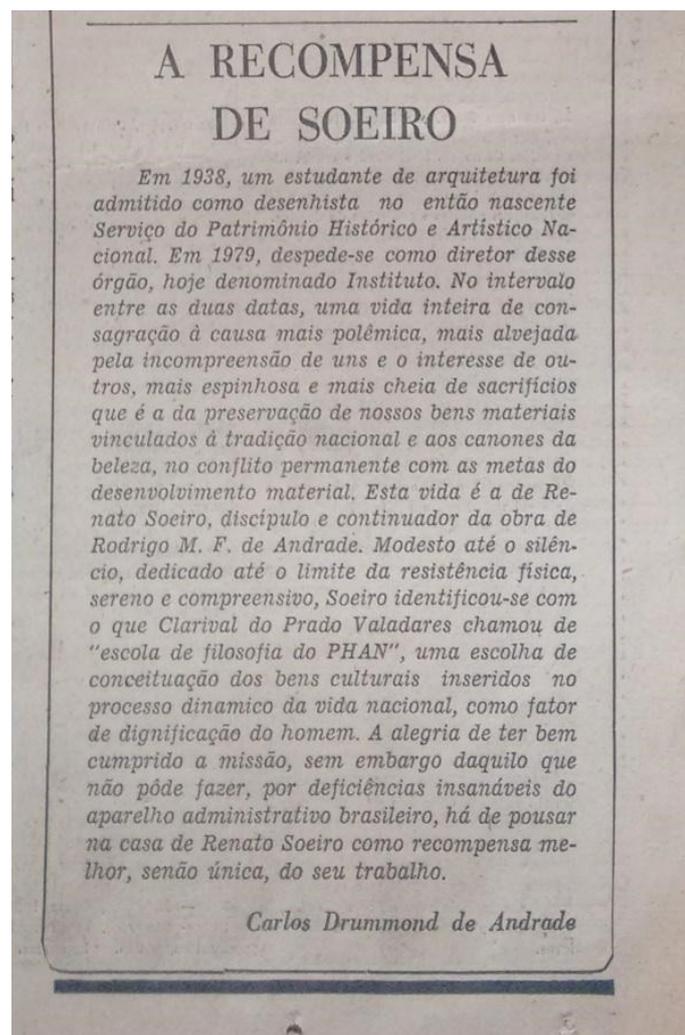
A quarta tese pressupõe-se que para não ameaçar toda a imagem construída do “herói do patrimônio”, o fundador e primeiro diretor da instituição Rodrigo M. F. de Andrade, que esteve na gestão do IPHAN por 30 anos aproximadamente, durante a denominada “fase heroica” (1937-1967). Ao reconhecer a importância de Renato Soeiro, braço direito de Andrade durante toda a primeira gestão do órgão e segundo diretor da instituição, responsável pela “fase moderna”, poderia ofuscar o protagonismo de Rodrigo de Andrade.

Em entrevista realizada com Felipe Soeiro Chaimovich, ele destaca dois fatores que podem ter influenciado no silenciamento de Renato Soeiro da historiografia do IPHAN, que dialogam com as hipóteses trabalhadas:

Eu acho que tem dois aspectos: o primeiro aspecto era o fato do meu avô ser extremamente discreto. Então, de alguma maneira ele não produziu uma fortuna crítica sobre ele mesmo. Por exemplo, eu encontrei uma entrevista que ele deu pro Bardi, do primeiro número de uma revista chamada Arte, publicada eu acho que pela Vogue, inclusive. Deu uma entrevista longa pro Bardi, mas eu não conheço outras entrevistas do meu avô. Eu sei que ele gravou um depoimento pro Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro que se perdeu, um longo depoimento com o Jorge Ferreira, colega dele de Arquitetura. E o meu avô, ele tinha essa personalidade de devoção ao funcionalismo público. Ele não tinha nenhum tipo de egocentrismo, ao contrário. Então, de alguma maneira ele não deixou um material ou uma figura pública que tivesse se construído na mídia e que de alguma maneira alimentasse depois essa trajetória. Isso é um aspecto. E o outro aspecto foi uma campanha de apagamento que começa com Aloísio de Magalhães e a Rede Globo. Que o que aconteceu foi que o meu avô barrou os interesses da Fundação Roberto Marinho em fazer uma ação privada de preservação do patrimônio histórico como forma de propaganda. E quem promove o Aloísio Magalhães assim que ele dá o golpe no meu avô é a Rede Globo. Então esse apagamento foi construído para que o Aloísio Magalhães virasse “o cara” que inventa o patrimônio imaterial no Brasil, que muda a história do patrimônio, que acaba com a saga dos arquitetos que dominam o IPHAN (Chaimovich, 2022).

Como foi citado, Renato Soeiro, foi exonerado do seu cargo de diretor do IPHAN em 1979. Após 41 anos de serviços prestados à instituição e a preservação do patrimônio cultura, e sem nenhum aviso prévio, sem possibilidade escolha, ele foi retirado do seu posto. Após este acontecimento, coube a Carlos Drummond de Andrade, inconformado com este acontecimento, prestar uma homenagem a Soeiro (figura 5):

Modesto até o silêncio, dedicado até o limite da resistência física, sereno e compreensivo, Soeiro identificou-se com o que Clarival do Prado Valadares chamou de escola de filosofia do IPHAN, uma escolha de conceituação dos bens culturais inseridos no processo dinâmico da vida nacional, como fator de dignificação do homem, a alegria de ter bem cumprido a missão sem embargo daquilo que não pode fazer, por deficiências insanáveis do aparelho administrativo brasileiro, há de pousar na casa de Renato Soeiro como recompensa melhor, senão única, do seu trabalho (Andrade, 1979).

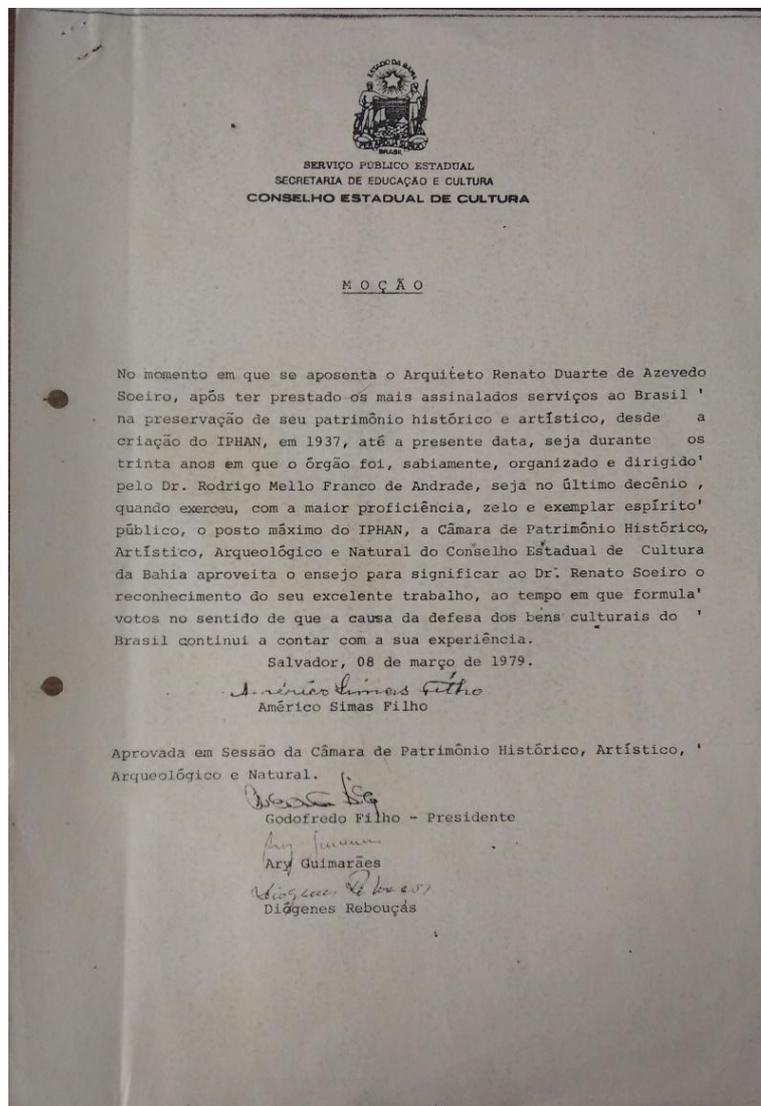


Fonte: Jornal do Brasil – Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.

**FIGURA 5**  
**A recompensa de Soeiro por Carlos Drummond de Andrade**

A Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Conselho Estadual da Bahia também prestou sua homenagem a Soeiro, ao aprovar

na sessão de 08 de março de 1979, uma moção “em reconhecimento do seu excelente trabalho” (Simas Filho, 1979) (figura 6).



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.

**FIGURA 6**  
**Moção escrita por Américo Simas Filho**

Anos depois, em 2005, Paulo Ormino como membro do Conselho Consultivo do IPHAN, reconheceu o erro da instituição e prestou uma homenagem em nome do Conselho. “Creio que é um ato de justiça deste Conselho recuperar a imagem de Renato Soeiro, cuja “energia mansa, tranquila, eficiente” e a “modéstia mais genuína” foi, durante os últimos 26 anos, injustamente confundida com a inação e

falta de brilho” (Azevedo, 2005, p. 2). Em entrevista ele conta que foi questionado sobre a realização desta homenagem:

Me lembro de membros do Conselho que me criticou: ‘-Porque o Soeiro?’; ‘-Que importância tem Soeiro?’, mas felizmente eu consegui aprovar. Consegui que fosse aprovado aquela coisa como uma manifestação do Conselho, consegui outros parceiros que me deram apoio. Então, eu fiz aquela moção, e inclusive, depois eles botaram naquele *site* do IPHAN, tá lá até hoje... Mas, eu diria que aquilo oficialmente foi o primeiro reconhecimento da importância de Soeiro, que vinha sendo linchado. Executivamente linchado! E, na verdade, só o Carlos Drummond de Andrade é que dá uma nota quando o Soeiro morre, de reconhecimento do trabalho e da modéstia do Soeiro. Soeiro era uma pessoa, como figura humana, excepcional (Azevedo, 2022).

Apesar de ter sido ofuscado pela história oficial que disserta sobre a preservação do patrimônio cultural nacional, nos últimos anos, alguns autores como Paulo Ormino de Azevedo, Márcia Sant’anna e Júlia Wagner têm elevado o debate e dissertado em seus respectivos trabalhos sobre as ações de Renato Soeiro, reconhecendo-o como um grande gestor e o fundador da “fase moderna” do IPHAN. Segundo entrevista realizada com Paulo Ormino<sup>5</sup>:

No entanto, ele foi a pessoa que realmente modernizou o IPHAN, e não somente o IPHAN: toda a área de cultura no Brasil. A área de cultura era, na verdade, um departamento do Ministério da Educação. Então, a ideia de criação do ministério já surge nesses encontros de governadores. E ele alavanca a Embrafilme, a Funarte (...) Ele estrutura todo esse setor de cultura no Brasil, porque ele acumulou essas duas funções: foi ajudante do IPHAN e do DAC (Departamento de Assuntos Culturais), do Ministério. E é aí que é feito o primeiro plano de cultura, o primeiro que se realizou no Brasil, um Plano Nacional de Cultura, e outras coisas muito fundamentais. Além da atuação internacional dele, que foi também fundamental (Azevedo, 2022).

Ao analisar a gestão de Renato Soeiro, observa-se que esta foi fundamental para modernização do sistema estatal de preservação do patrimônio. Ele conseguiu desenvolver e expandir o espaço de atuação do IPHAN e adequar as práticas da instituição as demandas internacionais e nacionais, algo que ainda não tinha sido visto na história da política de preservação do patrimônio nacional. Como disse Vera Soeiro (2022): “foi uma vida dedicada ao patrimônio”.

## Considerações finais

Apesar do levantamento bibliográfico e de fontes primárias do Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro e da realização de uma leitura crítica perante estes documentos, ficaram algumas questões que estes materiais não conseguiram responder, como: Qual relação de Renato Soeiro com o regime militar? Qual motivo dele ter sido silenciado na história do IPHAN?

Renato Soeiro apesar de ter se dedicado por muitos anos ao IPHAN e conseqüentemente a preservação do patrimônio cultural nacional e ter desenvolvido várias ações importantes durante sua direção, ele não teve esse reconhecimento perante autores conhecidos da área e da própria instituição.

Na tentativa de conseguir respostas ou pelo menos indagações, optei pela realização de entrevistas, utilizando a metodologia de História Oral. O uso desta metodologia de pesquisa permite o conhecimento de vivências e experiências. Portanto, para tal pesquisa foi fundamental a utilização das entrevistas para a criação de hipóteses sobre os questionamentos citados acima.

## NOTAS

- <sup>1</sup>. Durante a trajetória Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ocorreram mudanças no nome da instituição. Em 1937 foi denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 1946 alterou para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970, a DPHAN foi transformada em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1979, o IPHAN foi dividido em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo. Em 1990, a SPHAN e a FNPM foram extintas para darem lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994, o IBPC foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (IPHAN, 2009).
- <sup>2</sup>. O período em que Rodrigo M. F. de Andrade esteve à frente da instituição (1937 a 1967) ficou conhecido como fase heroica, devido os grandes desafios enfrentados. A atuação no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) era visto como uma “missão”, para além da ocupação de cargos na estrutura burocrática do governo de Getúlio Vargas.
- <sup>3</sup>. Dissertação desenvolvida entre março de 2015 e setembro de 2017, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora sob orientação do prof. Dr. Marcos Olender.
- <sup>4</sup>. Felipe Soeiro Chaimovich é neto de Renato Soeiro. Doutor em Filosofia, ele é professor da Fundação Armando Alvares Penteado e Faculdade Santa Marcelina, crítico de arte e foi curador do Museu de Arte Moderna de São Paulo entre o período de 2002 a 2019. Felipe

Soeiro se inspirou na trajetória profissional e nos ensinamentos pessoais de Renato Soeiro ao desenvolver sua formação acadêmica e profissional para a área da cultura e da arte.

5. Formou-se em arquitetura pela Universidade Federal da Bahia em 1959, fez especialização em “Conservação e restauração de bens culturais” no International Centre for Conservation and Restoration of Monuments and Sites – ICCROM/UNESCO e doutorado no mesmo campo na Università degli Studi di Roma, “La Sapienza” em 1970, na Itália. Ingressou como Instrutor de Ensino na Faculdade de Arquitetura da UFBA, em 1963, chegando a Professor Titular por concurso em 1996. Trabalhou no IPHAN-BA e foi membro do seu Conselho Consultivo, no Rio de Janeiro. Aposentou-se compulsoriamente da UFBA em 2007. Dentre outros importantes trabalhos e projetos, Paulo Ormindo de Azevedo foi precursor nas pesquisas e trabalhos relacionados ao Renato Soeiro, sendo o primeiro autor a levantar a importância da gestão de Soeiro como diretor e denunciar o apagamento deste da história do IPHAN.

## ENTREVISTAS

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Entrevista III. [abr. 2022]. Entrevistadora: Carolina Martins Saporetti. On line. Arquivo Mp4 (79 min).

CHAIMOVICH, Felipe Soeiro. Entrevista II. [abr. 2022]. Entrevistadora: Carolina Martins Saporetti. On line. Arquivo Mp4 (60 min).

SOEIRO, Vera Fagner. [mar. 2022]. Entrevistadora: Carolina Martins Saporetti. On line. Arquivo Mp4 (33 min).

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 386 p.

ANDRADE, Carlos Drummond de. A recompensa de Soeiro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, quinta feira, 22 mar. 1979.

AZEVEDO, Paulo Ormindo David de. *Homenagem do Conselho Consultivo do Iphan a Renato Soeiro*. Rio de Janeiro, 11 ago. 2005, p. 1.

CANO, W. Cuestión regional y urbanización en el desarrollo económico brasileño. *Estudios Territoriales*, v. 33, p. 13-33, 1990.

FERREIRA, Mareta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, p. 314-332, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

IPHAN. *Caderno de Estudos do PEP Cronologia e Bibliografia das Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

LAVINAS, Laís Villela. *Um animal político na cultura brasileira: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (anos 1966-1982)*. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

ORLANDI, Eli Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain Françaes *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAPORETTI, Carolina Martins. *A gestão de Renato Soeiro na direção da DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (1967-1979)*. Juiz de Fora, 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora.

SIMAS FILHO, Américo. *Moção*. 08/03/1979. Série Personalidades. Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

**Carolina Martins Saporette** é Doutoranda, Mestra, Licenciada e Bacharela em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Nesta Instituição, é funcionária do Centro de Conservação da Memória. Membro do Laboratório de Patrimônios Culturais e integrante do grupo de pesquisa CNPq – Patrimônio e Relações Internacionais.

**Como citar:**

SAPORETTI, Carolina Martins. O papel da História Oral na reconstituição da trajetória de Renato Soeiro no IPHAN. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 19, n. 2, p. 51-68, jul./dez. 2023. Disponível em: [pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br).